



PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas e Participantes: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer da Auditoria Atuarial Independente, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Gostaríamos de destacar que o lucro líquido registrado no período foi de R\$ 2.220 mil (R\$ 1.901 mil em 2014), permitindo que o nosso Patrimônio Líquido atingisse o valor de R\$ 24.746 mil (R\$ 22.526 mil em 2014). De acordo com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015, declaramos a capacidade financeira e a intenção da

Sociedade em manter até o vencimento os ativos financeiros, classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento", conforme detalhamento apresentado nas notas explicativas. Reiteramos nossa prática de manutenção de adequados processos de controles internos (Compliance), com estrita observância das normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados

- SUSEP e das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração. Registramos finalmente agradecimentos aos nossos clientes pela confiança, aos nossos parceiros de negócios e colaboradores, pelo empenho e competência na execução de suas atribuições. Belo Horizonte - MG, 24 de fevereiro de 2016.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações)			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)		
ATIVO	Exercício findo em		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício findo em		MÉTODO DIRETO	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14		31.12.15	31.12.14		31.12.15	31.12.14
CIRCULANTE	64.820	55.616	CIRCULANTE	41.835	33.400	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Disponível (nota 4)	11	2	Contas a pagar (nota 8)	800	708	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	467	1.928
Bancos	11	2	Obrigações a pagar	6	6	Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	-	1
Aplicações (nota 5)	63.904	54.761	Impostos e contribuições	794	702	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(43)	(64)
Outros créditos operacionais (nota 6)	905	853	Débitos de operações com seguros e resseguros	206	138	Pagamentos de despesas e obrigações	(90)	(206)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.761	338	Outros débitos operacionais (nota 9)	206	138	Outros pagamentos operacionais	-	(19)
Realizável a longo prazo	1.392	52	Provisões técnicas - seguros (nota 10)	40.827	32.550	Recebimentos de juros e dividendos	-	5
Aplicações (nota 5)	1.392	52	Provisões técnicas - previdência complementar (nota 10)	2	4	Constituição de depósitos judiciais	-	(13)
Investimentos	175	161	Planos não bloqueados	2	4	Resgates de depósitos judiciais	-	3
Participações societárias	175	161	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	28	Caixa gerado pelas operações	334	1.645
Imobilizado (nota 7)	125	73	Outros débitos	-	28	Impostos e contribuições pagos	(559)	(2.387)
Bens móveis	76	46	Provisões judiciais (nota 17)	-	28	Investimentos financeiros:		
Outras imobilizações	49	27	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)	24.746	22.526	Aplicações	(6.435)	(39.616)
Intangível (nota 7)	69	52	Capital social	10.200	10.200	Vendas e resgates	6.657	40.364
Outros intangíveis	69	52	Reservas de lucros	14.546	12.326	Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(3)	6
Total do Ativo	66.581	55.954	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	66.581	55.954	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2015	10.200	12.326	1.093	23.619
Resultado líquido do semestre	-	-	1.127	1.127
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-
Reserva Legal	-	111	(111)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	2.109	(2.109)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.200	14.546	-	24.746
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.200	12.326	-	22.526
Resultado líquido do exercício	-	-	2.220	2.220
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-
Reserva Legal	-	111	(111)	-
Reservas Estatutárias	-	2.109	(2.109)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.200	14.546	-	24.746
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.200	10.425	-	20.625
Resultado líquido do exercício	-	-	1.901	1.901
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-
Reserva Legal	-	95	(95)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	1.055	(1.055)	-
Reservas Estatutárias	-	751	(751)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.200	12.326	-	22.526

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte - MG, autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional. A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da SUSEP nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo nº 15414.003365/2004-33. Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da SUSEP para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo nº 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Em dezembro de 2015 a Previmax não possuía mais nenhum risco, tendo em vista que os contratos deste plano encontram-se cancelados desde setembro de 2015. Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo SUSEP nº 15414.004917/2005-10.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, regulamentadas por Circulares da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015, sendo cumpridas, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos Pronunciamentos editados pelo CPC/CF. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não possuir resultados abrangentes no período.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras são:
a. **Auração do Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência.
b. **Ativo e Passivo Circulante** - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajuste de ativo para o valor de mercado ou de realização. Mensalmente, é procedida a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o Não Circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.
c. **Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da administração, atendendo aos seguintes critérios:
• **Valor justo por meio do resultado** - quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação são apresentados no ativo circulante e os ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do período.
• **Disponíveis para venda** - os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida

a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários, e • **Mantidos até o vencimento** - são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras intermediárias, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.
d. **Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro** - As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social foram calculadas considerando a opção pelo Regime Tributário de Transição (RIT) instituído por Medida Provisória, convertida em Lei, sendo a primeira calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 mil ao ano, e a segunda calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015, e de 20% a partir de setembro de 2015, de acordo com Lei nº 13.169/15, permanecendo assim até dezembro de 2018. e. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados com base em estimativa. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem, dentre outros: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as premissas e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos semestralmente.
f. **Redução ao Valor Recuperável ("Impairment")** - Conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. g. **Do Registro Contábil do DPVAT** - A movimentação financeira relativa a operação do seguro DPVAT é efetuada pela Seguradora Líder - DPVAT, a saber: 1. O segurado paga o prêmio no banco, que credita em conta corrente exclusiva para operações do seguro DPVAT, com CNPJ da Seguradora Líder; 2. A Seguradora Líder registra a operação e emite o bilhete, repassando a informação correspondente ao respectivo Consórcio, sem movimentação financeira, constituindo, nesse ato, um crédito a favor do Consórcio, por conta dos prêmios recebidos; e 3. O Consórcio registra a operação e repassa a informação para as consorciadas, também sem movimentação financeira, autorizando a liquidação da operação pela Seguradora Líder com os recursos recebidos no item 1. h. **Teste de adequação dos passivos (TAP)** - De acordo com o artigo 45 da Circular SUSEP nº 517/2015, a PREVIMAX deve "elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados". O resultado do TAP tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações. Entretanto, considerando-se que o único plano de previdência (benefício de pecúlio/R\$) que a Entidade operava não possui mais contratos em vigor desde setembro de 2015, considerando-se que atualmente não há mais obrigações relativas a este plano e considerando-se ainda que o TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo DPVAT, não houve necessidade de realizar-se o estudo atuarial do TAP para a data-base de 31/12/2015, ficando a Entidade, portanto, dispensada da apresentação do respectivo relatório.

Exercício findo em	31.12.15	31.12.14	31.12.14
Prêmios emitidos	11.868	32.179	29.798
Contribuições para cobertura de riscos	4	23	56
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	398	(37)	(247)
Prêmios ganhos	12.270	32.165	29.607
Receita com emissão de apólices	681	1.867	1.708
Sinistros ocorridos	(10.262)	(27.869)	(25.808)
Custos de aquisição - seguros	(167)	(455)	(423)
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	(913)	(2.355)	(2.146)
Outras receitas e despesas operacionais - previdência	(44)	(24)	(22)
Despesas administrativas	(986)	(1.772)	(1.423)
Despesas com tributos	(289)	(923)	(694)
Resultado financeiro	1.682	3.130	2.337
Resultado patrimonial	-	5	3
Resultado operacional	1.972	3.769	3.139
Garhos ou perdas com ativos não correntes	-	1	-
Resultado antes dos impostos e participações	1.972	3.770	3.139
Imposto de renda	(481)	(917)	(765)
Contribuição social	(364)	(633)	(473)
Lucro líquido	1.127	2.220	1.901
Quantidade de ações	8.922.078	8.922.078	8.922.078
Lucro líquido por ação	0,13	0,25	0,21

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

4. DISPONIBILIDADES

Registraram a existência de numerários, de propriedade da Sociedade, em poder de Instituições Financeiras, a saber:

Instituição Financeira	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Banco Bonsucesso S.A	11	2
Total - R\$ mil	11	2

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, até a sua liquidação financeira e atualmente, somente no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, assim demonstrados:

Categoria e Natureza	Exercício findo em		Valor da Curva
	31.12.15	31.12.14	
Títulos de Renda Fixa - Privados		16.719	30.50
• Certificados Depositos Bancários - CDB	-	16.719	30.50
Quotas de Fundos de Investimentos	40.838	62,54	59,41
• Itaú FI RF Consórcios DPVAT	2.421	3,71	16,31
• Bradesco FI RF Consórcios DPVAT	11.664	17,86	9,117
• BB FI RF Consórcios DPVAT	12.285	18,81	9,302
• CBF FI RF Consórcios DPVAT	3.493	5,55	1,825
• Itauti FI RF Consórcios DPVAT	2.437	3,73	1,116
• Safra FI RF Consórcios DPVAT	3.473	5,32	848
• Mapfre FI RF Consórcios DPVAT	2.022	3,10	1,413
• Porto FI RF Consórcios DPVAT	2.099	3,21	-
• Santander FI RF Consórcios DPVAT	944	1,45	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos	24.458	37,46	5,531
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.458	37,46	5,531
Total da Carteira	65.296	100,00	100,00
• Circulante	63.904	97,87	54.761
• Longo Prazo	1.392	2,13	52

Os títulos e valores mobiliários estão devidamente classificados pelo custo de aquisição e ajustados como segue:

Categoria e Natureza	Exercício findo em		Valor de Mercado	Valor da Curva
	Data Vencido	Taxa de Juros		
Valor justo por meio do resultado			63.904	63.903
• Quotas de Fundos de Investimentos			40.838	40.838
• Letras Financeiras - Tesouro - LFT	07/09/2017	Anbima	2.066	2.066
• Letras Financeiras - Tesouro - LFT	01/03/2018	Anbima	7.900	7.901
• Letras Financeiras - Tesouro - LFT	01/03/2021	Anbima	13.100	13.098
Mantidos até o vencimento			1.392	1.392
• Letras Tesouro Nacional - LFT	01/03/2018	Anbima	1.392	1.392
Total da Carteira			65.296	65.295

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário ANBIMA como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais em garantia das Provisões Técnicas constituídas.

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

Movimentação de Aplicações Financeiras	Exercício findo em		Resgates	Transf.	Rend. / Exercício findo em
	31.12.15	31.12.14			
Valor justo por meio do resultado	54.741	52.059	(50.136)	(251)	7.471
• Certificados Depositos Bancários	16.719	20.600	(38.386)	-	1.087
• Quotas de Fundos de Investimentos	32.563	12.443	(9.772)	954	40.838
• Letras Financeiras - Tesouro - LFT	5.479	19.016	(1.978)	(1.205)	1.754
Mantidos até o vencimento	52	-	-	1.205	135
• Letras Financeiras - Tesouro - LFT	52	-	-	1.205	135
Total	54.813	52.059	(50.136)	954	7.606

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES

Refere-se ao resultado mensal acumulado com as operações do Consórcio DPVAT, com distribuição de 50% deste valor no mês subsequente da apuração e o restante no início do exercício seguinte, após aprovação pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e reembolso de valores com ações judiciais e valores a receber de previdência, conforme demonstrado:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
• Seguro DPVAT - Categorias 1, 2, 9 e 10	656	579
• Seguro DPVAT - Categorias 3 e 4	19	17
• Reembolso ações judiciais	230	253
• Valores a receber - Previdência	-	4
Total - R\$ mil	905	853

Estão assim representados:

Imobilizado:	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
• Equipamentos	111	76
• Móveis, máquinas e utensílios	26	17
• Veículos	4	4
• Beneficiárias em imóveis de terceiros	87	56
• Depreciações e amortizações acumuladas	(103)	(80)
Total do Imobilizado - R\$ mil	125	73

8. CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados:

Composição	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Obrigações a pagar	6	6
• Fornecedor passivos jurídicos	6	6
Provisão para impostos e contribuições	794	702
• Imposto de renda	917	765
• Contribuição social	633	473
• Cofins	21	-
• Pis	3	-
• (-) Antecipação de imposto de renda	(515)	(357)
• (-) Antecipação de CSLL	(265)	(179)
Total - R\$ mil	800	708

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

9. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES

Referem-se a outros débitos operacionais com seguros:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Operações de Seguros do Consórcio DPVAT		
• Provisão para resgate de títulos garantidores das reservas técnicas	11	13
• Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	195	125
Total - R\$ mil	<u>206</u>	<u>138</u>

10. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Provisões - elaboradas sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado contratado pela Entidade e pela Seguradora Líder administradora dos Consórcios DPVAT, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância as normas legais, apresentando a seguinte posição:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Seguros		
Sinistros a liquidar - PSL	14.585	15.860
Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	25.945	16.300
Despesas administrativas - PDA	297	200
Total	<u>40.827</u>	<u>32.550</u>
Provisão Complementar		
Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	2	4
Total	<u>2</u>	<u>4</u>
Total das Provisões Técnicas - R\$ mil	<u>40.829</u>	<u>32.554</u>

b. Composição - As reservas técnicas foram assim compostas:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Circulante		
Seguros		
No início do exercício	32.550	28.847
Receitas de capitalização	4.650	3.458
Reversão das provisões técnicas	(10.405)	(18.645)
Constituição das provisões técnicas	<u>14.032</u>	<u>18.890</u>
Ao final do exercício	40.827	32.550
Provisão Complementar		
No início do exercício	4	9
Reversão das provisões técnicas	(152)	(14)
Constituição das provisões técnicas	<u>150</u>	<u>9</u>
Ao final do exercício	2	4
Total das Provisões Técnicas - R\$ mil	<u>40.829</u>	<u>32.554</u>

c. Cobertura - As reservas técnicas estão garantidas por títulos e valores mobiliários custodiados em instituições financeiras, de acordo com a Resolução CMN 3.308, de 31 de agosto de 2005 e suas atualizações, e estão assim compostas:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Ativos em Cobertura		
Quotas de Fundos de Investimentos	40.838	32.563
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.392	52
Total - R\$ mil	<u>42.230</u>	<u>32.615</u>
Suficiência	1.401	61

11. PROVISÕES PARA PASSIVOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

a. Movimentação dos passivos do plano de previdência - As

provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA). Devido à publicação da Resolução CNSP nº 321/2015, as provisões técnicas passaram a ser auditadas pela Auditoria Atuarial Independente a partir da data-base de 31/12/2014. Os normativos que disciplinam as provisões técnicas estão dispostos na Resolução CNSP nº 321/2015 e na Circular SUSEP nº 517/2015, as quais são calculadas pelo Atuarial Responsável Técnico, auditadas pela Auditoria Atuarial Independente e fiscalizadas de forma contínua pela SUSEP. A seguir, dispõe-se as principais definições aplicáveis ao plano de pecúlio/RS operado até setembro de 2015 pela PREVIMAX, em relação às provisões constituídas no decorrer deste ano: (i) A provisão de prêmios não ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios assumidos e tem por objetivo provisionar a parcela dos mesmos, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. Não houve necessidade de constituição desta provisão, tendo em vista que os riscos são mensais e se encerram no último dia de cada mês; (ii) A provisão complementar de cobertura - PCC será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor; (iii) A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE, é constituída com o objetivo de dar cobertura à parcela de riscos assumidos pela Entidade, cujas vigências já se iniciaram e que estão pendentes de emissão, a qual é calculada com base na aplicação do percentual constante do normativo SUSEP; (iv) A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR é constituída com base na estimativa de eventos que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Entidade, e é calculada com base na aplicação do percentual constante do normativo SUSEP; (v) A provisão de sinistros a liquidar - PSL, é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais; b. **Provisão Complementar - Pecúlio/RS: Movimentação das Provisões** - As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos, a partir de 01/01/2014, e sua evolução, até a data-base atual de 31/12/2015.

	Por R\$ mil				
Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PCC
Saldo 01/01/2014	3	2	3	1	-
Constituições	-	-	-	-	-
Reversões	(3)	(2)	4	(1)	-
Saldo 31/12/2014	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	14	-	135
Reversões	-	-	(16)	-	(135)
Saldo 31/12/2015	-	-	2	-	-

* PPNG + RVNE

c. Provisão Complementar - Pecúlio/RS:

	Por R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão		
PPNG*	-	(3)
PSL	-	(2)
IBNR	(2)	-
PDR	-	(1)
PCC	-	-

* PPNG + RVNE

12. APLICAÇÃO INICIAL DO CPC 43

Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP 517/2015

Divulgação das tabelas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados. O plano de Pecúlio/RS, em operação até setembro de 2015, conforme já divulgado, possuía os seguintes parâmetros técnicos a seguir:

Parâmetro	Definição
Benefício	Pecúlio por Morte - Cobertura Vitalícia
Modalidade	Benefício Definido
Estrutura de Custeio	Regime Financeiro de Repartição Simples
Nº do Processo SUSEP	15414.001.885/2005-92
Carregamento	Nivelado em 30% (trinta por cento)
Tábua Biométrica utilizada	CSO-1958 Male
Taxa de Juros	6% ao ano, ou equivalente mensal de 0,48675%
Índice do plano	(IGP-MEGV)

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. **Riscos de Seguro** - a.1. Análise Qualitativa - **Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos** - A Entidade tem sua atuação junto ao mercado praticamente amparada nas operações do ramo DPVAT, o qual não é objeto de realização do TAP, por força normativa. Cabe salientar que a PREVIMAX operou um único plano de previdência, com benefício de pecúlio vitalício, estruturado no regime de repartição simples, o qual não possui mais riscos em vigor em 31/12/2015, uma vez que todos os contratos relativos a este plano se encontram cancelados desde setembro de 2015. As taxas de sinistralidades aferidas com este plano de pecúlio eram baixas, pois se observaram poucos casos de avisos de sinistros nos últimos anos, talvez pelo fato de tais contratos terem sido operados juntamente com a assistência financeira. A Entidade concentra em sua estrutura financeira/contábil a responsabilidade em relação ao controle dos capitais de risco e o decorrente acompanhamento de sua solvência. A Entidade, em consequência da extinção da carteira de pecúlio, não opera com repasse de riscos sob nenhuma modalidade. A PREVIMAX define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Como todos os contratos relativos à carteira de pecúlio da Entidade foram cancelados e atualmente não se observam obrigações decorrentes dos mesmos, conclui-se que não há mais riscos em vigor na data-base. a.2. Análise Quantitativa - **Análise de sensibilidade e concentração de risco** - O plano de pecúlio teve uma receita residual frente ao consolidado, o qual respondeu por aproximadamente 0,07% da arrecadação total para o ano de 2015, parâmetro este que no exercício anterior ficou próximo de 0,19%. Conforme mencionado anteriormente, em 31 de dezembro de 2015 o plano não possui mais nenhum participante. Com o objetivo de divulgar o seu parâmetro financeiro de receita referente ao exercício de 2015, a Entidade arrecadou um total de R\$ 32.202 mil, cujo quadro abaixo apresenta sua composição, inclusive com o valor do DPVAT apenas para efeitos de comparativo, assim como os dados do exercício anterior.

Planos	Arrecadação		Arrecadação	
	ano / 2015	%	ano / 2014	%
Convênio DPVAT	32.179	99,93%	29.798	99,81%
Plano Pecúlio/RS	23	0,07%	56	0,19%
Total	<u>32.202</u>	<u>100,00%</u>	<u>29.854</u>	<u>100,00%</u>

Fonte: SES e Quadro 23 do FIP

Considerando-se a extinção da carteira de pecúlio e o fato de não haver mais riscos em vigor na data-base de 31/12/2015, não se detectou tecnicamente razões para proceder-se a testes de sensibilidade; b. **Tabelas de desenvolvimento de sinistro - Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição** - Na tabela abaixo indicamos os valores referentes ao desenvolvimento dos sinistros/benefícios do plano de pecúlio/RS:

	por R\$ mil		
Período	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Saldo anterior	-	2	-
Retidos	2	13	12
Exercício atual	2	9	7
Exercícios anteriores	-	4	5
Pagamentos	-	15	12
Exercício atual	-	8	6
Exercícios anteriores	-	7	6
Saldo final	2	-	-

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos dos sinistros/benefícios de pecúlio.

	por R\$ mil		
Período	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Provisão período anterior	-	2	-
Pagamentos			
Um ano mais tarde	-	1	-
Dois anos mais tarde	-	1	-
Tres anos mais tarde	-	-	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está assim demonstrado: a. **O Capital Social**, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 10.200 mil e representado por 8.922.078 ações ordinárias sem valor nominal, estando assim distribuídas:

Acionistas	Espécie	ações	%
• Banco Bonsucesso S.A.	ON	8.904.236	99,80
• Gabriel Pentagna Guimarães	ON	8.921	0,10
• Paulo Henrique Pentagna Guimarães	ON	8.921	0,10
Total de ações		<u>8.922.078</u>	<u>100,00</u>

b. **Reservas de Lucros**: • Reserva Legal - constituída a base de 5% do lucro líquido apurado, até que perca 20% do capital social, totalizando R\$ 727 mil (R\$ 616 mil em 31/12/14); • Reserva Especial para Dividendos - constituída a base de 2% do lucro líquido apurado, para pagamento de dividendos aos acionistas, totalizando R\$ 5.639 mil (R\$ 3.350 mil em 31/12/14); • Reserva Estatutária - constituída com o saldo final do lucro líquido, para formação de reserva para aumento de capital, cujo saldo não podendo exceder a 80% desse capital social, totalizando R\$ 8.160 mil em 31/12/15 e 31/12/14. c. **Resultado do Exercício** - A Sociedade apresentou um lucro líquido em 31/12/15 de R\$ 2.220 mil (R\$ 1.901 mil em 31/12/14). A destinação do resultado é registrada no final do exercício, segundo a proposta da Administração no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

15. RAMOS DE ATUAÇÃO

A Sociedade apresentou os seguintes valores por ramos de atuação:

Ramo	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
88 - DPVAT		
Prêmios ganhos	32.142	29.548
Sinistros retidos	(27.859)	(25.795)
Despesas de comercialização	455	423
Índice de sinistralidade - %	86,67	87,30

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade vem discutindo judicialmente duas ações judiciais que, baseadas em nossos advogados, consideramos possíveis as chances de perdas das mesmas. O detalhamento em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	Valores envolvidos no processo em R\$ mil		
	Quantidade	Provisionado	Discutido
• Chances de perdas prováveis	-	-	-
• Chances de perdas possíveis	2	-	38
• Chances de perdas remotas	-	-	-
Total	-	-	38

A movimentação no período foi a seguinte:

Provisão	Adições			Baixas		Saldo em 31.12.15
	Saldo em 31.12.14	Const. tuções	Atualizações	Paga-mentos	Estornos	
Cíveis	28	-	-	-	-	28
Total	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>

A Previmax, juntamente com as demais Seguradoras do Consórcio DPVAT, era participante com ré de ação cível pública patrocinada pela ADVAT - Associação de Defesa das Vítimas de Acidentes de Trânsito do Brasil, junto à 1ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com valor original da ação de R\$41.118 mil, onde a Previmax participa com apenas 0,74082% desse total, cuja perspectiva da consultoria jurídica contratada pelo Consórcio era de perda possível, onde os elementos disponíveis não eram suficientes ou claros de tal forma que permitissem concluir que a tendência seria de perda ou ganho do processo. Em 15/09/2014 foi publicada a decisão do Juízo Fazendário onde revela que as Varas Fazendárias não são competentes para processar e julgar Ações Cíveis Públicas que digam respeito do direito do consumidor, com extinção sem resolução de mérito. Em 03/10/2014 foi certificado o trânsito em julgado do processo.

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As principais contas de resultado apresentavam os seguintes saldos:

	Exercício findo em	
	31.12.15	31.12.14
Sinistros ocorridos	(27.869)	(25.808)
• Indenizações avisadas de consórcios e fundos	(18.627)	(21.504)
• Despesas com sinistros de consórcios e fundos	(6.596)	(6.387)
• Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.646)	2.083
Custo de aquisição	(455)	(423)
• Comissões sobre prêmios	(455)	(423)
Despesas administrativas	(1.772)	(1.423)
• Despesas com serviços de terceiros	(85)	(68)
• Despesas com localização e funcionamento	(2)	(2)
• Despesas com publicações	(89)	(25)
• Outras despesas administrativas	(45)	(45)
• Despesas administrativas do convênio DPVAT	(1.551)	(1.328)
Despesas com tributos	(923)	(694)
• Contribuições para o COFINS	(621)	(438)
• Contribuições para o PIS	(101)	(71)
• Contribuição sindical	(190)	(174)
• Taxas de fiscalização	-	-
Resultado financeiro	<u>3.130</u>	<u>2.337</u>
• Receitas com títulos de renda fixa	2.957	2.249
• Receitas financeiras do consórcio DPVAT	234	143
• Receitas com fundos de investimentos	4.650	3.458
• Outras receitas financeiras	-	-
• Capitalização das provisões técnicas	(4.650)	(3.458)
• Despesas financeiras do consórcio DPVAT	(18)	(11)
• Outras despesas financeiras	(43)	(47)
Receitas patrimoniais	5	3
• Dividendos e rendimentos	-	-
• Outras receitas e despesas operacionais	(2.355)	(2.146)
• Outras receitas do consórcio DPVAT	88	144
• Despesas com cobrança do consórcio DPVAT	(1.775)	(1.673)
• Outras despesas do consórcio DPVAT	(668)	(617)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.15		31.12.14	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e contribuições	3.770	3.770	3.139	3.139
(-) Contribuição social	(633)	-	(473)	-
(+) Adições	633	-	494	21
(-) Exclusões	(5)	(5)	(3)	(3)
Base de cálculo	3.765	3.765	3.157	3.157
Tributos	917	633	765	473
(-) Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total dos Tributos	<u>917</u>	<u>633</u>	<u>765</u>	<u>473</u>

Resultado antes dos impostos e contribuições: 3.770 (3.770) (3.139) (3.139). (-) Contribuição social: (633) (-) (473) (-). (+) Adições: 633 (-) (494) (21). (-) Exclusões: (5) (5) (3) (3). Base de cálculo: 3.765 (3.765) (3.157) (3.157). Tributos: 917 (917) (765) (765). (-) Incentivos fiscais: (-) (-) (-) (-). Total dos Tributos: 917 (917) (765) (765).

19. DEMONSTRATIVO DE CAPITAL REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

A adequação do capital da Sociedade está assim demonstrada:

	31.12.15		31.12.14	
	Composição	Capital exigido	Capital disponível	Solvência
Patrimônio líquido contábil	24.746	22.526	22.526	91%
(-) Participações societárias	(175)	(161)	(161)	-
(-) Ativos intangíveis	(69)	(52)	(52)	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA	<u>24.502</u>	<u>22.313</u>	<u>22.313</u>	<u>91%</u>
Capital base	15.000	15.000	15.000	100%
Capital de risco	130	4.246	4.246	100%
Capital adicional de risco de subscrição	1	10	10	100%
Capital adicional de risco de crédito	100	4.043	4.043	100%
Capital adicional de risco operacional	30	198	198	100%
Capital adicional de risco de mercado	-	-	-	-
Benefício da diversificação	(1)	(5)	(5)	100%
Capital mínimo requerido	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>	<u>100%</u>
Suficiência de capital	<u>9.502</u>	<u>7.313</u>	<u>7.313</u>	<u>48,75%</u>
Solvência	<u>63,35%</u>	<u>48,75%</u>	<u>48,75%</u>	<u>48,75%</u>

A Resolução CNSP nº 321/2015 determina que a Sociedade apresente liquidez em relação ao seu Capital de Risco-CR, a qual representa um montante de ativos líquidos, em excesso a necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do seu CR, parâmetro este atingido pela Sociedade, conforme se observa dos valores da carteira de ativos garantidores constantes e das provisões técnicas a serem cobertas (notas nº 8 e 10).

20. GESTÃO DE RISCO



PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A. Belo Horizonte - MG

1. Escopo dos exames - Auditamos as demonstrações financeiras da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e suas notas explicativas. **2. Responsabilidade da Administração** - A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3. Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa opinião.

4. Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

CRCMG - 757

Nilton José Ribeiro

Contador CRCMG - 43.491

Página 3 de 3

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE - SANTA CASA

AVISO DE ALTERAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2016

A Associação Beneficente de Campo Grande informa que o EDITAL de Licitação Modalidade Concorrência n. 001/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE TRAUMATOLOGIA DA ABCG - SANTA CASA, sofreu alteração nos subitens 1.1; 2.1; 5.2; 7.3.3.2.1; 7.3.3.4.1; 7.3.3.4.2; 8.2 e 8.2.1, ambos do Edital de Licitação, e também o item 10 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Diante disso, a SESSÃO PÚBLICA de recebimento dos envelopes foi remarçada para o dia 07/04/2016, às 08:00 no endereço Rua Eduardo Santos Pereira n. 88 - Centro da Cidade de Campo Grande - MS, no Auditório Carroceiro Zé Bonito, Andar Térreo, do edifício sede da ABCG - Santa Casa.

O edital com suas alterações encontra-se disponível no site: <http://www.santacasacampogrande.org.br/index.php?topicos=modulos/licitacoes/licitacoes>.

Em 18 de fevereiro de 2016.

PAULO CESAR CHAGAS FERREIRA

Presidente da Comissão Especial de Licitação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO ARROZ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocadas as cooperativas e indústrias de beneficiamento de arroz associadas, para a realização de Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira da Indústria do Arroz - ABIARROZ, a realizar-se no Hotel Deville, na Av. dos Estados, 1909 - Porto Alegre-RS, dia 31 de março de 2016. A Assembleia será instalada em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos seus associados, às 14 horas, em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos, com qualquer número. Será deliberada e discutida nesta Assembleia a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Relatório de Atividades da Abiarroz de 2015;
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2015;
3. Reavaliação e aprovação dos valores de contribuição dos associados para o exercício de 2016;
4. Apresentação e aprovação do orçamento para o exercício de 2016;
5. Apresentação do Projeto Brazilian Rice;
6. Assuntos de interesse geral.

Brasília, 25 de fevereiro de 2016.

MÁRIO EDUARDO FIGUEIRA PEGORER

Presidente da Associação

CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016

Contratante: CADESC - CNPJ 04.177.767/0001-41 - Contratado: GONCALVES LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI-ME - CNPJ 16.776.846/0001-58 Objeto: Locação de Veículos; Fundamento Legal Lei 8.666/90. Total de R\$ 33.980,00- 7 Aditivo ao Contrato SDA 101/2012.vigência 01/02/2016 por 04 meses.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

EXTRATO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Relatório de Execução Física e Financeira de Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012
Custo do Projeto: R\$ 2.446.784,00
Local de Realização do Projeto: MT e MS
Data de assinatura do TP: 29 de Dezembro de 2012
Início do Projeto: Dezembro de 2012
Término: Dezembro de 2016
Objetivos: Continuidade ao projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental", visando à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, a formação de recursos humanos e o apoio a tomada de decisão para a definição de políticas públicas.
Resultados alcançados: As pesquisas realizadas com o apoio do MC-

TI possibilitaram: 1- contribuições para as políticas públicas, com destaque para o grupo de trabalho atuando junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no sentido de continuar as análises e elaboração de pareceres acerca da regulamentação do Artigo 10 da Lei 12.681/2012 que trata das Áreas de uso Restrito no Pantanal, assim como nas contribuições ao PLS 750/2012; 2- avanços no processo de regionalização do Pantanal como estratégia para o desenvolvimento de ferramentas para a gestão ambiental a partir da realização de oficinas técnicas envolvendo instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais ligados ao meio ambiente; 3 - A partir de pescada de espécies nativas do Pantanal foram obtidos produtos derivados, como: quibe, patê e empanado. Os processos foram desenvolvidos usando matéria-prima de peixes que atualmente tem menor procura no mercado, como o piauçu e o barbado; 4- há formações em andamento de 9 doutores, 14 mestres e 12 graduandos.

Categoria de Despesa	Saldo Anterior	Recursos Recebidos	Realizado	Diferença
Componente 1	149.563,23	55.000,00	91.462,45	113.100,78
Componente 2	27.352,87	25.900,00	18.462,52	34.790,35
Componente 3	124.028,36	84.497,00	114.073,21	96.877,33
Componente 4	78.981,16	85.054,00	32.400,36	131.634,80
Componente 5	82.112,29	71.168,25	33.841,66	119.438,88
Componente 6	37.758,15	18.840,00	17.663,56	36.549,41
Componente 7	206.910,28	271.236,75	203.177,01	274.930,02
Sub-Total	706.706,34	611.696,00	511.080,77	807.321,57
Rendimentos				66.921,63
Total				874.243,20

Nota explicativa: Dos recursos disponíveis na conta bancária R\$ 874.243,20, a quantia de R\$ 611.696,00, refere-se ao valor da terceira parcela repassada pelo MCTI em 23 de dezembro de 2015.

Centro de Pesquisa do Pantanal. Rua Dois nº. 497 - Bairro Boa Esperança

Cep. 78.068-360 - Cuiabá-MT, fone/fax (65) 3627-1887/3627-5908

e-mail: cpp@cpppantanal.org.br site www.cpppantanal.org.br

ROSENEIDE SOARES DE SOUZA.

Diretora Executiva

COMISSÃO PRO FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS E EMPREGADAS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE CURUÇÁ, TERRA ALTA, SÃO JOÃO DA PONTA E MARAPANIM-PAA

EDITAL CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL

A Comissão pró-fundação do Sindicato de Empregados/as Rurais dos Municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Marapanim/PA-SINDTER, neste ato representado pela Senhora Cristiane Silva de Oliveira, empregada rural, portadora do CPF 735.783.632-00 e RG 4162967 SSP/PA e PIS 12771514429, residente e domiciliado à Alameda Projetada IV/S/N - Bairro novo - Terra Alta/PA, CEP 68773-000, CONVOCA todos os EMPREGADOS/AS RURAIS dos Municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Marapanim /PA, a participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato de Empregados/as Rurais dos Municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Marapanim /PA-SINDTER, que se realizará no dia 18 de março de 2016, às 09:00 horas na Câmara municipal de Terra Alta, sito à Rua São Francisco, s/n - Centro- Terra Alta/PA, CEP 68773-000, para tratarem da seguinte ordem do dia: 1) Fundação do Sindicato dos Empregados/as Rurais dos Municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Marapanim /PA-SINDTER, por dissociação da categoria ecletica dos Trabalhadores rurais, da base territorial sindical do "Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais de Terra Alta, CNPJ:34.822.940/0001-88; São João da Ponta, CNPJ:01.320.222/0001-54; Curuçá, CNPJ:05.172.523/0001-39; Marapanim, CNPJ: 05.125.299/0001-24, nos termos do Art. 41 da portaria MTE 326/2013; 2) Discussão e aprovação do Estatuto Social do sindicato; 3) Eleição e Posse da Diretoria, do Conselho fiscal e respectivos suplentes e 4) Filiação do Sindicato a entidades superiores e Central Sindical.

Terra Alta/PA, 23 de fevereiro de 2016.

CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA E REGIÃO DE MINAS GERAIS (SITIAS)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA E RE-

GIÃO DE MINAS GERAIS, (SITIAS), por seu representante, NILO LUIZ MARTINS DA SILVA, CPF 920.956.158-91, RG, MG-12.673.415, PIS, 105634846-64, telefone, (33) 99951-5252, brasileiro, casado, industrial e residente na Rua Amorim M. do Amaral, 256, Bairro Barreira, Entre Folhas/MG, CEP. 35.324-000, com fundamento na Portaria 326 de 01/02/2013, convoca todos os membros integrantes da categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação nos municípios de: Abre Campos, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alvinópolis, Antonio Dias, Bom Jesus do Galho, Bela Vista de Minas, Braúnas, Caparaó, Caputira, Carangola, Chalé, Corrego Novo, Dionísio, Durandê, Entre Folhas, Itabira, Jaguaraçu, Joanésia, João Monlevade, Lajinha, Luiz Burgo, Manhuaçu, Manhumirim, Marliéria, Martins Soares, Matipó, Mesquita, Nova Era, Orizânia, Piedade de Caratinga, Pingo D'água, Raul Soares, Reduto, Rio Doce, Santa Margarida, São Domingos do Prata, São José do Mantimento, São Pedro dos Ferros, São João de Manhuaçu, São José do Goiabal, Rio Piracicaba, Santa Barbara do Leste, Santa Margarida, Santa Maria do Itabira, Santana do Manhuaçu, São Gonçalo do Rio Abaixo, Simonésia, Vargem Alegre e Vermelho Novo, todos no Estado de Minas Gerais, para comparecer à assembleia geral de fundação do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Domingos do Prata e Região de Minas Gerais, municípios do Estado de Minas Gerais, a ser realizada no próximo dia 20 de Março de 2016, às 11:00h em primeira convocação e ou às 11h30min em segunda e última convocação, no endereço da Rua Ministro Gabriel Passos, 176-A, Centro, São Domingos do Prata/MG, CEP. 35.995-000, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Fundação do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA E REGIÃO DE MINAS GERAIS, que representará a categoria profissional dos trabalhadores: 01- Nas Indústrias de Milho, Trigo, Soja e Mandioca; 02 - Na Indústria do Açúcar em Geral; 03 - Na Indústria do Arroz, Feijão e Aveia; 04 - Na Indústria de Torrefação, moagem e beneficiamento do Café e outro cereais em grãos; 05 - Na Indústria de Café Solúvel; 06 - Na Indústria de Refinação de Sal; 07 - Na Indústria de Panificação e Confeitaria; 08 - Na Indústria de Produtos do Cacau, Balas e Gomas de mascar; 09 - Na Indústria do Mate; 10 - Na Indústria do Laticínios e seus produtos derivados; 11 - Na Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos; 12 - Na Indústria de Águas Minerais, Cerveja, Refrigerantes, Vinhos e Bebidas em Geral; 13 - Na Indústria do Azeite e Oleos Alimentícios; 14 - Na Indústria de Doces e Conservas Alimentícias; 15 - Na Indústria da Carne e seus produtos derivados; 16 - Na Indústria do Frio; 17 - Na Indústria do Fumo; 18 - Na Indústria de Imunização, Tratamento e Industrialização de Frutas; 19 - Na Indústria de Rações balanceadas e demais Alimentação Animal; 20 - Na Indústria de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados; 21 - Na Indústria de abates, Frigoríficos e preparação de Carnes Bovinas, Suínas, Equinas, Aves, pequenos animais, conservas de carnes e subprodutos; 22 - Nas Cooperativas de Industrialização e Manipulação de produtos Alimentícios; 23 - Trabalhadores terceirizados e temporários nas indústrias de alimentos; de São Domingos do Prata e Região de Minas Gerais, com abrangência nos Municípios de: Abre Campos, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alvinópolis, Antonio Dias, Bom Jesus do Galho, Bela Vista de Minas, Braúnas, Caparaó, Caputira, Carangola, Chalé, Corrego Novo, Dionísio, Durandê, Entre Folhas, Itabira, Jaguaraçu, Joanésia, João Monlevade, Lajinha, Luiz Burgo, Manhuaçu, Manhumirim, Marliéria, Martins Soares, Matipó, Mesquita, Nova Era, Orizânia, Piedade de Caratinga, Pingo D'água, Raul Soares, Reduto, Rio Doce, Santa Margarida, São Domingos do Prata, São José do Mantimento, São Pedro dos Ferros, São João de Manhuaçu, São José do Goiabal, Rio Piracicaba, Santa Barbara do Leste, Santa Margarida, Santa Maria do Itabira, Santana do Manhuaçu, São Gonçalo do Rio Abaixo, Simonésia, Vargem Alegre e Vermelho Novo, todos do Estado de Minas Gerais; 2) Aprovação do Estatuto Social da Entidade; 3) Eleição e posse da diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato; 4) Discussão do plano de ação da entidade.

São Domingos do Prata, 25 de Fevereiro de 2016.

NILO LUIZ MARTINS DA SILVA

p/ Comissão

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM SALVAMENTO AQUÁTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL PARA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM SALVAMENTO AQUÁTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SINPROSAMUSP

O presidente da comissão pró-fundação do Sindicato dos Profissionais em Salvamento Aquático do Município de São Paulo - SINPROSAMUSP, Sra. Elizete Pereira de Souza, portadora do CPF 136.273.448-98 e PIS 12374901035, com endereço para correspondência na Rua Veiga Miranda, nº 13, Bairro Freguesia do O, São Paulo/SP, CEP 02804-230, CONVOCA todos os membros pertencentes à categoria profissional representativa em salvamento aquático, que inclui salva-vidas, guarda-vidas, salva-surf, guardião de piscina e monitor aquático, bem como aqueles profissionais e trabalhadores que exerçam atividades especificamente no ramo em salvamento aquático, com sua base territorial em todo Município de São Paulo, a par-